

SISTEMA FINANCEIRO SUL-RIO-GRANDENSE: O CASO DO BANCO PELOTENSE (1906-1931)¹

*RIO GRANDE DO SUL'S FINANTIAL SYSTEM: THE
PELOTENSE BANK CASE (1906 – 1931)*

Nelson Dias Gering² e Roselaine Casanova Corrêa³

RESUMO

Durante a República Velha (1889-1930), o charque foi a base para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Tanto no campo como na cidade, a economia do charque fez com que se expandisse o sistema financeiro sulino, sendo que nove bancos financiaram as pequenas e grandes propriedades no Estado. Desses nove bancos, destacamos o Banco Pelotense, criado em 1906, com diretores oriundos da economia do charque do município de Pelotas. Este banco se expandiu por cidades do interior do Estado, inclusive Santa Maria, onde foi erguido um prédio especialmente para receber esta casa financeira. O Banco Pelotense foi criado com capitais locais para se tornar a principal fonte de crédito para as atividades pecuaristas e/ou charqueadoras do Estado. Seu projeto arquitetônico buscava explorar a valorização da grandeza, da solidez, da riqueza e da segurança da instituição. Esse banco cumpriu suas atividades financeiras até 1931, quando foi encampado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O governo do Estado então incorporou todo o seu patrimônio, inclusive a Agência Matriz. O prédio da matriz, em Pelotas, foi destinado à Mesa de Rendas Estadual e, mais tarde, passou a ser ocupado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul. A edificação ainda mantém a grande porta principal ladeada por duas cabeças de leão, que, além de apoiarem a sacada, protegem os medalhões, nos quais antes se lia o nome do Banco Pelotense. Esse requinte arquitetônico simbolizava a segurança que se esperava de uma casa bancária.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul, crédito.

ABSTRACT

During the Old Republic (1889-1930), the charque was the base for the development of the state of Rio Grande do Sul. As much at the countryside as

¹ Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmico do Curso de História - UNIFRA.

³ Orientadora - UNIFRA. E-mail: casanova@unifra.br

102 *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 6 , n. 1, p. 101-118, 2005.
at the city, the economy made the southern financial system expands, since nine banks financed the small properties in the state. From these nine banks we detach the Pelotense Bank, created in 1906 with directors from the economy of charque from the city of Pelotas. This Bank expanded through cities of the interior of the state, including Santa Maria, where a special building was put up to receive this financial house. The Pelotense Bank was created with local capital to become the main source of credit for the activities of cattleman and charqueadoras of the state. Its architectural project sought for exploit the valorization of the magnitude, reliance, wealth and security of the institution. Such bank executed its financial activities until 1931, when it was taken over by the Bank of the state of Rio Grande do Sul. The government of the state thus incorporated all its patrimony including the Main Agency. The building of the matrix, in Pelotas, was destined to the Table of Incomes of the state and, later, was taken by the Bank of the state of Rio Grande do Sul. The building still keeps the main large door sided by two lion heads, which, besides sustaining the balcony, they protect the medallions where we could read the name of Pelotense Bank previously. This architectural refinement represented the security that was expected from a bank house.

Keywords: Rio Grande do Sul, credit.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho aborda-se a criação e fechamento do Banco Pelotense, durante o período que compreende os anos de 1906-1931. À época, as atividades econômicas do Rio Grande do Sul eram baseadas na economia de subsistência e exportação. Por um lado, observa-se que o período da República Velha era propício para o desenvolvimento do sistema financeiro por estar a economia em expansão. Por outro lado, deve-se ter presente que os estancieiros não conseguiam atingir a lucratividade necessária para cobrir seus investimentos, tendo feito empréstimos com juros altos, o que levou muitos pecuaristas à falência.

Logo, o tema é de relevante importância para a comunidade acadêmica, pois destaca, entre outros aspectos, um estudo sobre a economia, a política e a criação de um sistema financeiro com recursos da própria economia sulina.

Nesta pesquisa, o objetivo é compreender os aspectos econômicos e políticos que contribuíram para a formação do sistema financeiro do Estado do Rio Grande do Sul e como esse setor incrementou o desenvolvimento econômico no Estado. Também traz a evolução da economia do Estado sulino, enfocando a contribuição da pecuária e da agricultura colonial. Outro objetivo é verificar qual a influência dos frigoríficos no desenvolvimento

do sistema financeiro durante a República Velha.

A pesquisa foi seccionada em subtítulos, a saber: Sistema Financeiro, que aborda o histórico dos bancos desde a Antigüidade, quando a troca de moedas era feita por pessoas em locais públicos, até o surgimento das casas bancárias. Saliente-se que os primeiros bancos da Europa surgiram em locais de grande comércio como os portos de Veneza, Gênova, na Itália, e Amsterdam, na Holanda.

Quanto ao Sistema Financeiro Estadual, aborda-se a criação de nove Bancos no Estado do Rio Grande do Sul até 1930, pois, apesar das dificuldades enfrentadas nos setores da agricultura e da pecuária, o Estado gerou riquezas para o desenvolvimento de um sistema financeiro com recursos próprios. Entre os bancos criados com capital privado, temos o Banco da Província do Rio Grande do Sul (01 de julho de 1858), Banco Nacional do Comércio (02 de janeiro de 1895), Banco Pelotense (15 de fevereiro de 1906), Banco Porto-Alegrense (24 de março de 1910), Banco Comercial Franco-Brasileiro (31 de julho de 1913), Banco Popular do Rio Grande do Sul (06 de agosto de 1919) e Banco Pfeiffer (02 de janeiro de 1919). Com capital estatal, foi criado o Banco do Rio Grande do Sul, no governo de Getúlio Vargas, em 28 de agosto de 1928.

O Banco Pelotense é apresentado no último subtítulo, sendo o foco principal desta pesquisa. Demonstra-se a sua importância para a cidade de Pelotas, pois esta, no auge do seu desenvolvimento, com o capital dos charqueadores e comerciantes, fundou esse banco. Além disso, apenas três pessoas foram os fundadores e, ao longo de sua existência, o Banco teve poucos diretores.

A criação do Banco Pelotense beneficiou os pecuaristas e comerciantes daquela época, porque fazia empréstimos hipotecários, principalmente para pecuaristas, comerciantes e imigrantes que chegaram ao Estado. Por outro lado, aqueles que não cumpriam suas dívidas com o banco entregavam suas propriedades em troca das dívidas.

Ao longo de sua existência, o Banco Pelotense se expandiu praticamente pelas principais cidades do interior do Estado e para algumas cidades de fora. Uma das cidades beneficiadas com uma filial do Banco Pelotense foi Santa Maria. Sua agência foi inaugurada no centro da cidade em 1923, em frente à Praça Saldanha Marinho, local onde fica hoje o Banrisul.

O Banco Pelotense passou por várias crises, sendo algumas devido à economia nacional e outra, à mundial; mas a pior crise foi a de 1929, com a quebra da Bolsa de valores de Nova York, que levou muitos pecuaristas a não saldarem suas dívidas com o Banco. Outro motivo foi a própria

expansão do Banco, que dificultou o seu controle administrativo. Ainda os boatos de quebra do banco levaram muitos correntistas a retirarem dinheiro de suas contas, impulsionando-o à falência.

Finalmente, aborda-se a sua encampação pelo Banco do Rio Grande do Sul, em 05 de janeiro de 1931, na conjuntura econômica e financeira que resultou na criação deste banco e inaugurou a intervenção do Estado no Sistema Financeiro Estadual.

METODOLOGIA

Neste trabalho utilizou-se, inicialmente, a pesquisa exploratória, em especial, para proporcionar maiores informações sobre aspectos econômicos, políticos e financeiros, sobre o Rio Grande do Sul, durante a República Velha (1889-1930). A seguir, com a pesquisa descritiva, objetivou-se apontar elementos que configuraram a economia sulina no período, para, dessa forma, desenvolver os pressupostos do sistema financeiro no Estado, sobretudo, do Banco Pelotense.

Empregamos fontes primárias e secundárias. Das fontes secundárias, privilegiamos livros clássicos acerca do Rio Grande do Sul, como *O Banco Pelotense & O Sistema Financeiro Regional*, de Lagemann (1985) e *Álbum Comemorativo do Vigésimo Aniversário do Banco Pelotense* (1926).

Das fontes primárias, utilizamo-nos do *Balanço Social do Banrisul* (BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2004); do *Jornal Popular de Pelotas* (GUIMARÃES, 2006, b,c) e do *Jornal Diário de Santa Maria* (OLIVEIRA, 2002).

SISTEMA FINANCEIRO

Para Martins (1996), chama-se bancos, as empresas comerciais que têm por finalidade realizar a mobilização do crédito, mediante o recebimento de capitais de terceiros e o empréstimo desse mesmo capital aos que dele necessitam, bem como a realização de outras operações afins. Deve-se ressaltar que os bancos, por serem definidos como empresas comerciais, agem sempre em seu próprio nome e atuam com intuito de lucro, o que é característico dessa modalidade empresarial.

A atividade bancária surgiu na Antigüidade e era exercida por indivíduos que se prontificavam a fazer a troca de moedas estrangeiras pelas moedas nacionais. Baseadas na confiança, as pessoas começaram a deixar moedas com esses indivíduos para posterior devolução. Esses, de posse das

moedas, emprestavam aos que dela necessitavam, sendo compensados por seu trabalho com uma remuneração extra. Esses negócios eram realizados em locais públicos e utilizavam-se de *bancas* para exporem suas moedas, originando-se daí o uso do termo *banco* (MARTINS, 1996).

Para Martins, o significado da palavra falência surgiu em sinal de protesto pelo não-cumprimento dos banqueiros em quitar suas dívidas, como afirma o autor:

Quando um dos banqueiros não devolvia as importâncias recebidas em depósito, os seus clientes, revoltados, quebravam a banca ou mesa, em sinal de protesto. Desse fato originaram-se os termos bancarrota e quebra para significar o não-cumprimento das obrigações por parte dos banqueiros, termos que ainda hoje são empregados como sinônimos de falência (1996, p. 408).

Foi na Idade Média que surgiram os primeiros estabelecimentos bancários. Esses tiveram um papel relevante no atendimento aos comerciantes estrangeiros em operações de troca de moedas. Ao Banco de Veneza, em 1171, que foi o primeiro a surgir na Europa, seguiram-se o Banco de Rialto em 1587, o de Giro, em Genova, e o Banco de São Jorge em 1408. Na Holanda, em 1609, foi fundado o Banco Amsterdam, falindo em 1820, ou seja, 211 anos depois de sua fundação (MARTINS, 1996).

Até meados do século XVII, os bancos se caracterizavam pelo fato de não fazerem empréstimos, apenas operando em trocas de moedas e depósitos. Foi o Banco da Suécia o primeiro a emitir notas bancárias, seguido posteriormente pelo Banco da Inglaterra, fundado em 1694, que foi o primeiro banco a fornecer talão de cheques e a introduzir os primeiros cartões de crédito (MARTINS, 1996).

Na França, foi fundado o Banco Geral, que funcionou de 1716 a 1720 e seu fechamento foi devido aos grandes prejuízos do comércio francês no período. Em 1800, foi fundado o Banco da França, no regime de Napoleão, quando esse era cônsul. O Banco Francês passou a ser o único emissor⁴ do país, ainda hoje conservando esse caráter (MARTINS, 1996).

No Brasil, de acordo com Martins (1996), o primeiro banco foi fundado por D. João VI, em 1808, e chamado de Banco do Brasil. Encerrou suas atividades em 1829, tendo a sua liquidação aprovada em 1835. No entanto, posteriormente, outros bancos vieram a receber essa mesma denominação. O segundo banco, com a denominação de Banco do Brasil, teve a sua tentativa de funcionamento fracassada, em 1833, não chegando,

⁴ Que emite: diz-se do banco ou estabelecimento de crédito que emite papel moeda (BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2000).

Em 1851, foi criado pelo Barão de Mauá outro estabelecimento bancário que funcionou com o nome de Banco do Brasil, e em 1853, fundiu-se com o Banco Comercial, passando a nova entidade a denominar-se Banco do Brasil, o terceiro banco brasileiro. Várias alterações ocorreram com o Banco do Brasil: em 1892, passou a ser chamado de Banco da República do Brasil, de caráter público; em 1900, o governo socorreu o banco que atravessava sérias dificuldades, fazendo nesse um depósito avultado. Em 1905, o banco foi reorganizado e passou a denominar-se Banco do Brasil, o quarto a ter esse nome e é o que existe até a atualidade (MARTINS, 1996).

Assim, os primeiros bancos fundados foram nas regiões de porto na Europa, que recebiam as mercadorias oriundas do Oriente. No Brasil, várias dessas instituições financeiras vieram a se instalar, principalmente, com capital estrangeiro. Foi uma forma diferente daquela do Rio Grande do Sul, na qual o sistema financeiro foi fundado exclusivamente com capital vindo da economia privada do Estado.

O SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL

O Rio Grande do Sul possuía o maior número de bancos controlados por brasileiros, fundados, exclusivamente, com capital privado da burguesia sulina. Era sua situação contrária a de outros estados que, na maioria das vezes, possuíam bancos estrangeiros. Lagemann (1985) afirma que, até o início da década de 1930, os bancos que operaram no Rio Grande do Sul eram:

Banco da Província do Rio Grande do Sul, Banco do Comércio de Porto Alegre (Banco Nacional do Comércio), Banco Pelotense, Banco Porto-Alegrense, Banco de Crédito Territorial Sul-Brasileiro, Banco Comercial Franco-Brasileiro, Banco Popular do Rio Grande do Sul, Banco Pfeiffer e Banco do Rio Grande do Sul (1985, p. 29).

Salienta-se que, em 1854, não existia nenhuma casa bancária na capital da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Alguns grupos de empresários precisavam recorrer ao crédito para substituir o empréstimo a particulares que atuavam como bancos. Entre pedir a instalação de uma caixa, filial do Banco do Brasil de Mauá, em Porto Alegre, optou-se pela criação de um Banco com apoio do poder público. O Presidente da Província, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, presidiu o encontro que teve a presença de cinquenta e sete comerciantes (1854), no qual foi definida a forma de constituição da empresa. Nesse mesmo aspecto, Lagemann enfoca que, “somente três anos após, apesar das

gestões do Visconde de Mauá junto ao governo imperial, autorizou este a incorporação do banco aprovando seus estatutos pelo decreto nº. 2005, de 24 de outubro de 1857” (1985, p. 30).

No dia 1º de julho de 1858, iniciou suas atividades o primeiro banco gaúcho com o nome de Banco da Província do Rio Grande do Sul, com cinco funcionários, na Rua da Praia, esquina com a Rua Bragança, num prédio alugado, em Porto Alegre. Mais tarde, foi inaugurado o novo prédio, na esquina das ruas Sete de Setembro e General Câmara. O referido banco teve as suas primeiras caixas filiais instaladas em Pelotas, em 1890 e, em Rio Grande, em 1891, tendo um total de 17 filiais no Estado até 1930. No início do século XX, era o Banco da Província o mais antigo em atividade no país. O banco existiu até a década de 1970.

Tem-se que,

o Banco da Província do Rio Grande do Sul passou a integrar, a partir de 1973, o Banco Sul Brasileiro, resultante de sua fusão com o Banco Nacional do Comércio e Banco Industrial e Comercial do Sul (LAGEMANN, 1985, p. 36).

O Banco Nacional do Comércio foi o segundo banco gaúcho, instalado a 02 em janeiro de 1895, iniciando suas atividades somente em 01 de abril do mesmo ano, sob a denominação de Banco do Comércio. Nos primeiros anos de suas atividades, não encontrou dificuldade por ter grande procura por empréstimos e esses somente eram feitos sob hipotecas. Isso levou o banco ao crescimento por 10 anos, mesmo com uma violenta crise bancária envolvendo a quebra do Banco da República, em 1900. Com a dificuldade de os clientes liquidarem seus empréstimos, o banco ficava com os imóveis dos credores inadimplentes, o que aumentara o seu capital líquido. Após 14 anos de existência, em 1909, visando a evitar confusões com outros empreendimentos, o banco trocou o nome, passando para Banco do Comércio de Porto Alegre, ficando com esse nome até 1917 (LAGEMANN, 1985).

Na sua trajetória de expansão (a primeira agência foi instalada em 1915 e a segunda 1919), o banco traçou um programa para instalação da Agência Matriz e suas filiais em prédio próprio, inclusive em Santa Maria, em 1910.

Em Santa Maria, no dia 22 de março de 1910, o Banco Nacional do Comércio, com matriz em Porto Alegre, inaugurou uma filial, tornando-se o primeiro banco a instalar-se na cidade. O endereço era a Praça Saldanha Marinho, número 8. Em 1918, o banco começou a construção de seu novo prédio, na Rua do Comércio, atual Dr. Bozano, esquina com a Rua do Acampamento. O local passou a ser considerado patrimônio da cidade em 1977. Em 1986, a fachada do prédio foi totalmente restaurada. Atualmente, pertence à Caixa Econômica Federal (OLIVEIRA, 2002).

Pode-se destacar que, durante a República Velha, houve um grande crescimento na economia gaúcha. Nesse período, até a década de 1930, nove bancos operaram no Estado do Rio Grande do Sul, sendo oito com capital privado e um banco estatal. Após a década de 1930, houve uma crise na pecuária, no comércio e no sistema financeiro estadual, o que levou muitos desses bancos à falência, inclusive o Banco Pelotense.

BANCO PELOTENSE

Em 1906, a cidade de Pelotas tinha pouco mais de 50 mil habitantes e uma economia baseada nas fortunas acumuladas do período áureo do charque. Apesar da crise que se abateu no charque gaúcho a partir de 1890, a cidade de Pelotas desenvolveu uma crescente industrialização, formada pelos antigos charqueadores. A criação do Banco Pelotense foi uma iniciativa dos setores pecuaristas/charqueadores que, com apoio do comércio pelotense, no dia 05 de fevereiro de 1906, aprovaram o estatuto do terceiro banco comercial gaúcho, o Pelotense.

Joaquim Assumpção, Plotino Amaro Duarte e o Coronel Alberto Roberto Rosa foram os três pioneiros na criação do Banco, a saber:

Joaquim Assumpção era advogado, foi senador da República, pecuarista e além do Banco Pelotense fundou também a Fábrica de Fiação e Tecidos de Pelotas, a primeira indústria têxtil da cidade e uma das pioneiras do Rio Grande do Sul. Plotino Amaro Duarte foi comerciante até 1894, quando trocou a ferragem que possuía por uma casa de câmbio na qual atuava como representante do Banco de Londres. Coronel Alberto Rosa, charqueador e pecuarista foram sócios de vários empreendimentos como o Banco Pelotense e da Pedro Osório & Companhia (GUIMARÃES, 5 de Fevereiro de 2006a).

O Banco Pelotense abriu suas portas num sobrado da esquina das ruas Andrade Neves e General Netto, no centro de Pelotas. O imóvel número 169 pertencia a Plotino Duarte, que mantinha ali sua casa de câmbio. Esse estabelecimento já possuía dois cofres, grades por todos os lados e seu aluguel foi avaliado em 250 mil réis mensais. A matriz do banco funcionou ali até 1916, quando foi inaugurado o prédio próprio na esquina da Rua Marechal Floriano e Andrade Neves, onde hoje funciona o Banrisul (LAGEMANN, 1985).

Durante um quarto de século de atividade, o Pelotense teve somente oito diretores. O controle diretivo ficou nas mãos de um reduzido número de acionistas, a maioria de Pelotas, destacando-se que todos os incorporadores ocupavam cargos vitalícios, através de reeleição. Com 143 acionistas e 15.000 ações, o Banco Pelotense entrou em funcionamento em

15 de fevereiro de 1906, com sede em Pelotas, sendo administrado pelos maiores acionistas:

os três acionistas incorporadores, Alberto Roberto Rosa, com 2.102, Barão do Arroio Grande, com 2101, e Joaquim Augusto de Assumpção, com 2101, detinham 6304 ações. Em termos relativos significa isso que 2% dos acionistas controlavam 42% do capital nominal do banco. A concentração fica ainda mais patente quando se constata que somente 5 pessoas possuíam mais de 50% das ações (LAGEMANN, 1985, p. 96).

Em 1916, as 50.000 ações estavam distribuídas entre 371 acionistas e os três maiores acionistas, que controlavam 42% do capital, passaram a deter somente 15%. Entre 1916 e 1930, 2% dos maiores acionistas dominaram 20% do capital, 5 % desses maiores acionistas acrescentaram 4 %, chegando ao domínio de 38% do capital nominal. Os acionistas espalharam-se pelo interior, pela capital e, inclusive, por outros estados da Federação. Além dos pecuaristas e charqueadores, aparece a pequena classe média urbana, que era formada por acionistas minoritários e colonos das casas de negócios da área de colonização italiana e alemã (LAGEMANN, 1985).

Ainda outros setores aparecem como acionistas do banco. Na indústria, o maior acionista foi do setor fumageiro de Rio Grande, Gustavo A. Pooch Junior, que possuía 8.011 do total de 25.000 ações. No comércio, figura o comerciante-diretor Felisberto Barcellos Ferreira de Azevedo, como segundo maior acionista, com 6.000 ações. Destaca-se também Plínio Alvim, como profissional liberal, entre os maiores acionistas e, entre as Associações Benemerentes, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, com 4.922 ações (LAGEMANN, 1985). Assim:

os números apresentados permitem concluir que o controle acionário do Pelotense, por ocasião do início de sua atividade, define-se pelo claro domínio do capital criador/charqueador, mantendo o comércio e a indústria, justamente com os demais setores urbanos, a posição de sócios minoritários (LAGEMANN, 1985, p. 96-97).

No primeiro momento da criação do Banco Pelotense, o Rio Grande do Sul necessitava de um banco para dar crédito ao setor primário, pois a economia estava baseada em duas formações: a pecuária e a colonial. A economia pecuária era baseada em grandes propriedades e utilizou a mão-de-obra escrava até a abolição. Após, o dono da estância utilizava pouca mão-de-obra, sendo auxiliado por índios e mestiços assalariados. Sua unidade produtiva era a pecuária nas estâncias, cuja maior fonte de renda era a carne para o beneficiamento do charque:

o Pelotense tinha compromissos profundos com os agentes da economia pecuária, justificada pela origem do capital, pela origem da iniciativa e pelo direcionamento administrativo. Todavia, buscou esse banco, na prática, superar as limitações, escancaradamente revelada pelas constantes crises do setor econômico em que se fundou (LAGEMANN, 1985, p. 111).

A economia pecuária teve um ajuste considerável somente durante a Primeira Guerra Mundial, passando por várias crises e pela limitação de sua produção, por falta de emprego tecnológico nas estâncias, mercado para vender os seus produtos e pela concorrência do charque platino, de melhor qualidade. O Banco Pelotense criou a carteira hipotecária para financiar a pecuária. Assim, no caso dos pecuaristas não cumprirem suas dívidas, os devedores entregavam seus imóveis em garantia à instituição credora, o que levou alguns desses pecuaristas à falência (LAGEMANN, 1985).

A economia colonial consagrou-se pela pequena e média propriedade, em que a produção era do tipo familiar. Caracterizou-se o sistema colonial pelo papel estratégico exercido pelo comércio no processo de acumulação. Nesse processo, o Banco Pelotense teve grande importância, pois no primeiro momento os agricultores alemães e italianos foram transformados de devedores, uma vez que fizeram pequenos empréstimos, a grandes depositantes. A atividade colonial/agrícola teve um período de florescimento, tornando-se o setor dinâmico da economia, embora na década de 1920, também apresentasse sintomas de esgotamento (LAGEMANN, 1985)

Durante toda a existência do Banco Pelotense, a economia sul-riograndense estava voltada para o mercado interno nacional, que era baseado na economia colonial. Assim, fornecia-lhe matéria-prima, alimentos e assumia posição subordinada aos interesses das economias exportadoras. Com empréstimos e financiamentos, a indústria, que era basicamente de beneficiamento, instalou-se nos centros urbanos ao lado do comércio. Tem-se que

a área da economia colonial significava para o banco uma excelente fonte de recursos, grande parte dos quais drenados para outros estados. A região pecuária mantinha-se tendo como origem e aplicação de recursos, admitindo-se certo reflexo interno. (LAGEMANN, 1985, p. 108).

Além disso, o Banco Pelotense teve participação direta na modernização da indústria de carnes, pois era o maior acionista da Companhia Frigorífico Rio Grande. Quando o frigorífico foi à falência, coube ao banco vendê-lo, em 1921 (LAGEMANN, 1985). Quando da implantação do depósito popular⁵, em 1910, o Banco Pelotense, o Banco

da Província e o Nacional do Comércio ampliaram seu campo de atuação, ao incluírem operações hipotecárias garantidas por imóveis e os depósitos populares.

Os três bancos: Banco da Província, Banco Nacional do Comércio e Banco Pelotense disputaram, ao longo da década de 1920, o mercado gaúcho, pois a maioria dos depósitos e empréstimos eram feitos nesses bancos. O Banco Pelotense chegou a ser o maior banco depositário, entre os bancos gaúchos, na segunda metade da década de 1920 (LAGEMANN, 1985).

Outro objetivo do Banco Pelotense era fazer empréstimos hipotecários a juros reduzidos e prazo razoável. Isso coincidiu com a euforia na economia gaúcha e o Banco Pelotense expandiu suas filiais pelo interior do Estado. Diante do exposto, demonstra-se que,

na primeira fase, 1906/12, o Pelotense ocupa o espaço disponível nos principais centros comerciais do Estado (Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre) e nos principais núcleos urbanos da economia pecuária (Uruguaiana, Livramento, Alegrete, Bagé, São Gabriel, Itaqui, São Borja, Santa Vitória e Dom Pedrito), estendendo sua rede para Cruz Alta, na região pecuarista do norte rio-grandense. Em 1912, implanta-se na região colonial italiana (Veranópolis, Caxias do Sul e Bento Gonçalves). Na região colonial predominantemente alemã (Estrela, Cachoeira, Santa Cruz e Novo Hamburgo), com extensão para o centro (Santa Maria) e planalto (Passo Fundo) (LAGEMANN, 1985, p. 113).

A sede do Banco Pelotense em Santa Maria, foi inaugurada em 1923 e incorporada sete anos depois ao Banco do Rio Grande do Sul, que ficava na Rua do Acampamento, esquina com a Rua do Comércio (atual Dr. Bozano), em frente à Praça Saldanha Marinho. Antes do prédio, ali estava localizado o casarão da família Juca Pinto, que vendeu o terreno para o Banco Pelotense. Hoje, no mesmo local, fica o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o BANRISUL (OLIVEIRA, 2002).

Em 1926, praticamente todas as maiores cidades do interior do Estado tinham uma agência do Banco Pelotense. As filiais estavam instaladas em prédios próprios, preferencialmente localizados em esquinas.

O banco buscou novas alternativas fora do Rio Grande do Sul, na década de 1920, chegou a Minas Gerais em busca do dinheiro da atividade cafeeira, em seguida, voltou-se para o Paraná atrás das riquezas do café e da extração de madeira. Em seu momento de esplendor, o Banco Pelotense chegou a manter 69 filiais espalhadas pelo Rio Grande do Sul, Paraná, Minas

⁵ Depósito são quantias entregues pelo cliente ao banco, para serem creditadas na sua conta. Trata-se de um contrato real, que só se aperfeiçoa com a efetiva entrega da coisa. Depósito à vista é o que pode ser sacado a qualquer momento. Depósito a prazo é o que só deve ser levantado após certo tempo (FÜHRER, 2006, p. 83).

Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Era ainda um grande proprietário de terras. Isso, mais tarde, seria apontado como um dos principais motivos de seu fechamento, pois,

algumas posses imobiliárias tornaram-se lendárias, como a Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, cuja maior parte pertencia ao banco. O terreno onde hoje está o Aeroporto do Galeão e a agrovila que deu origem à cidade de Londrina, no Paraná, também faziam parte de seu patrimônio (GUIMARÃES, 6 de Fevereiro de 2006b, p. 4).

A expansão do banco tornou a administração mais dispendiosa e lenta, na parte da fiscalização, dificultando decisões rápidas por parte da direção. Os empréstimos constituíram as operações do Banco Pelotense durante a República Velha. As maiores perdas ocorreram na zona pastoril, onde estavam as maiores aplicações do banco. Os prejuízos ocorreriam na liquidez de operações, em que o banco era obrigado a receber em pagamento a mercadoria oferecida em garantia e que, naquele momento, estava desvalorizada, como ocorreu, principalmente, com o gado. Demonstra-se que

foi preciso que o banco recebesse em pagamento gados, adquiridos pelos clientes na base de 150.000 (gado de cria), quando eles já não valiam mais de 70.000 e novilhas nessa mesma proporção. Momento houve em que o banco chegou a possuir, em várias estâncias arrendadas, 52.000 cabeças de gado. E as perdas não resultaram só da baixa dos preços. Resultaram também da má fé, das sonegações: campos que deviam conter gado penhorado foram encontrados vazios. E noutros casos houve troca de gado bom por gado inferior (LAGEMANN, 1985, p. 146).

Durante o período de sua existência, o Banco Pelotense conviveu com várias crises da economia gaúcha, brasileira e mundial, sendo as principais as de 1912/15, 1920/21 e a de 1929/31. Na crise do pós-guerra, o sistema financeiro gaúcho passou por dificuldades no período de 1920/21, com reflexo profundo na pecuária. Houve a diminuição da demanda por carne na Europa, os frigoríficos obrigaram-se a reduzir os abates e essa situação afetou, diretamente, a pecuária do Rio Grande do Sul. A entrada dos produtos platinos, de melhor qualidade e de preço mais competitivo nos mercados nacionais, também prejudicou o charque sulino.

O charque gaúcho experimentou a contínua baixa de preços e, para o banco, houve o acúmulo de prejuízo pelo tipo de garantias aceitas - ou seja, gado - com preços declinantes; terras, com baixa liquidez (LAGEMANN, 1985).

Após o curto período de redinamização, em 1926, instalou-se novo processo recessivo, provocando falências, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio Grande do Sul, a crise atingiu, novamente, a criação, a charqueada e o frigorífico. O Banco Pelotense, desta vez, não teve reduzidos os seus depósitos e nem contraiu o crédito.

No segundo semestre de 1929 e no ano de 1930, ocorreram as maiores retiradas líquidas de depósito. O Pelotense perdeu 33 mil contos em 1929 e, no segundo semestre de 1930, perdeu 40 mil contos. A não-superação desses entraves e sem condições de vencê-los, levou o banco a solicitar a encampação (LAGEMANN, 1985). Logo,

a quebra do Banco Pelotense em janeiro de 1931 não abalou apenas os 70 mil moradores de Pelotas. Seus efeitos devastadores atingiram todo o estado. Embora seus sócios e diretores tenham mantido suas fortunas, pequenos e médios correntistas e acionistas viram suas economias e negócios desaparecerem no buraco negro da liquidação. (GUIMARÃES, 2006c, p.4).

Em janeiro de 1931, três meses após assumir o comando do país como chefe do governo provisório, Getúlio Vargas ordenou ao então interventor Flores da Cunha, que orientasse os diretores do Banco Pelotense a pedirem a liquidação do banco como forma de evitar uma falência completa.

No dia 11 de maio de 1931, os credores do Banco Pelotense realizaram uma assembléia, na qual foram apresentadas propostas de reerguimento e de encampação pelo governo do Estado. As propostas de reerguimento não dispensavam o auxílio do governo estadual e o apoio dos bancos oficiais do País. Com a necessidade de apoio do poder público, os credores aceitaram a proposta de encampação formulada pelo governo Estadual, que foi aprovada por 2.347 votos dos credores, sendo contrário o voto de outros 1.235 (LAGEMANN, 1985).

A assembléia dos credores indicou uma comissão, com poderes para proceder a todos os atos necessários à transferência legal do acervo do Banco Pelotense ao Governo do Estado. Esse acervo, posteriormente, foi entregue ao Banco do Rio Grande do Sul, através de seu interventor. Então,

um contrato firmado entre o Estado e o Banco do Rio Grande do Sul designou o banco para a função de liquidar o acervo do Pelotense. Para tanto, o ativo do Banco Pelotense foi entregue ao Banco do Rio Grande do Sul, recebendo-o do Diretor-Geral do Tesouro que fora incumbido de sua administração pela Portaria nº. 191, de 20 de maio de 1931 do Interventor Flores da Cunha. Pelo Decreto nº. 4.858, de 18/09/31, ficaram aprovadas as cláusulas vigentes do contrato para liquidação do acervo (LAGEMANN, 1985, p. 173).

Até 1928, ano da criação do Banco do Rio Grande do Sul, o sistema bancário gaúcho repousava no tripé: Banco da Província, Banco Nacional do Comércio e Banco Pelotense. Juntos, esses controlavam mais de 90% dos depósitos em bancos locais.

O Banco Pelotense solicitou a sua liquidação em meio a uma crise econômica nacional e internacional, sufocado pela falta de liquidez e por problemas gerenciais. Deixou, atrás de si, um rastro de empobrecimento

que atingiu um número muito grande de famílias. No momento de suas liquidação, o Banco Pelotense era o maior banco sul-rio-grandense. (LAGEMANN, 1985).

O sistema financeiro gaúcho sentiu o maior impacto de sua história com a liquidação do Banco Pelotense. Naquele tempo, acusou-se o presidente Getúlio Vargas de ter recusado amparar o Banco Pelotense com recursos do Banco do Brasil. O certo, contudo, é que a decorrência financeira do Banco Pelotense inseria-se no contexto da crise mundial que culminou com a crise de 1929.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A criação de um banco de crédito rural e hipotecário no Rio Grande do Sul foi autorizada pelo presidente do País, Washington Luiz, pelo Decreto N° 18.374, de 28 de agosto de 1928. O Banco destinava-se a atender aos pecuaristas gaúchos que queriam um banco que não tivesse como objetivo principal ganhar dinheiro com juros altos, e sim, um banco que viesse a facilitar os empréstimos rurais, a juros baixos e prazos longos, sendo que os beneficiários dariam em garantia a hipoteca de seus imóveis (BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2004).

Getúlio Dornelles de Vargas, que deixara o cargo de Ministro da Fazenda de Washington Luís para concorrer a governador do Estado pelo PPR (Partido Progressista Rio-Grandense), substituindo Borges de Medeiros, conforme o acordo de Pedras Altas, assumiu em 25 de Janeiro de 1928, a presidência do Estado. Realizou uma política de conciliação, unindo as classes dominantes para chegar à Presidência da República, sendo responsável também pela criação do Banco do Rio Grande do Sul.

Os estatutos do Banco do Rio Grande do Sul foram aprovados por Getúlio Vargas pelo Decreto N° 4.139, de 6 de setembro de 1928. Seis dias depois, o Banco começou a funcionar, com 17 funcionários e uma direção composta por nove pessoas. Teve como primeiro Presidente do Banco o General Firmino Paim Filho e estabeleceu-se em algumas salas do prédio do Tesouro do Estado, na Praça da Matriz, no centro de Porto Alegre (BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2004).

Ao constituir o Banco do Rio Grande do Sul, o governo gaúcho, afirmou o secretário da Fazenda (General Firmino Paim Filho), mostrou a preocupação de que o novo instituto no exercício de sua atividade tivesse permanente fiscalização das classes produtoras, diretamente interessadas no seu perfeito funcionamento (BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, p. 26).

O Banco do Rio Grande do Sul iniciou com capital de 50 mil contos de réis, sendo 35 contos de réis do Estado e 15 mil dos produtores, que se tornariam acionistas do Banco. Em três meses de trabalho, o Banco realizou 37 empréstimos hipotecários rurais, que receberam como garantia 81 mil hectares de terra. Sua penetração no interior foi rápida, por possuir depósito popular e porque ocupava locais privilegiados nas cidades, ficando perto do centro, ou perto das prefeituras e de igrejas. Geralmente, funcionava em prédios de esquina para facilitar o acesso dos clientes. Em três anos, igualou-se aos bancos tradicionais que existiam na época (BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2004). Salienta-se que,

no primeiro ano, foram abertas as agências de Pelotas, Bagé, Rio Grande e Novo Hamburgo, atendendo os principais centros da economia pecuária e colonial. No ano seguinte o número de novos pontos de atuação sobe a 29, marcando a sua presença nas principais cidades e regiões econômicas do Estado. Em 1930 são mais de 22 e em 1931 acrescentam-se outras 9. Assim, após o terceiro ano de atividade, iguala-se, com a matriz na capital e 65 agências no interior, pelo critério de números de agência, aos tradicionais bancos gaúchos (LAGEMANN, 1985 p. 60).

A instabilidade econômica, em consequência da quebra da Bolsa de Valores, em 1929, e a política que resultou na Revolução de 30, pondo fim a República Velha, não impediram o Banco do Rio Grande do Sul de financiar grande parte das charqueadas e das lavouras de arroz. Assim, os pecuaristas e arroteiros podiam tirar empréstimos igual a metade do valor dos bens oferecidos em penhor, cumprindo, assim, a finalidade para a qual havia sido criado (BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2004).

Na década de 1930, o movimento migratório do campo para a cidade crescia, fazendo surgir novas classes urbanas no Brasil, a burguesia industrial, o operário e a pequena classe média, que era composta por funcionários públicos. No entanto, a instabilidade continuava sendo a marca da economia e da política, se os fazendeiros sofriam os efeitos da crise, porém, o mesmo não acontecia com os produtores de uva na Serra gaúcha (BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2004).

A criação do Banco do Rio Grande do Sul teve grande influência de Getúlio Vargas. Se, no primeiro momento, caracterizou-se como a intervenção do poder público estadual no sistema financeiro, facilitou a vida da população gaúcha, do comércio e da pecuária. No período, esses setores passavam por dificuldades e encontraram no banco juros baixos e prazos longos para pagarem suas dívidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Sistema Financeiro como um todo, saliente-se que os primeiros bancos que surgiram na Europa passaram por grandes transformações, conforme a necessidade da economia. No Brasil, com a vinda da Família Real para o país, foram criados os primeiros bancos, dando origem para que outros bancos com capital estrangeiro, abrissem suas filiais neste país.

No Rio Grande do Sul, a economia oriunda do charque, do comércio e da agricultura gerou riquezas que permitiram o surgimento de várias casas bancárias até a década de 1930. Ainda o primeiro banco, Banco da Província do Rio Grande do Sul, de capital privado, a se instalar no Estado, teve sua matriz em Porto Alegre e, mais tarde, expandiu suas filiais pelo interior do Estado.

O desenvolvimento desses Bancos financiou a indústria, o comércio e a agricultura com empréstimos hipotecários, levando o Rio Grande do Sul a se destacar no cenário nacional. Por outro lado, esses bancos foram sendo incorporados por bancos estrangeiros após a década de 1930. Em Santa Maria, o primeiro banco a ter uma filial foi o Banco Nacional do Comércio, no centro da cidade.

A cidade de Pelotas foi o local de instalação do primeiro banco fundado no interior do Estado, o Banco Pelotense. Foi também o palco do apogeu e do declínio desse banco, sendo que sua matriz ficou estabelecida naquela cidade, com diretores do próprio município. A expansão de filiais do banco ocorreu nas cidades mais importantes dentro e fora do Estado.

Em toda a sua existência, o Banco Pelotense financiou as pequenas e grandes propriedades, chegando a ser o principal banco do Estado na década de 1920. Sua própria expansão foi que dificultou seu gerenciamento, sendo essa uma das causas de sua falência.

Outro fator a ser considerado para o declínio do Banco Pelotense foi a falta de incentivos do governo estadual. Além disso, com a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, houve a transferência de contas e de tributos estaduais dos bancos particulares para o banco recém-criado: o BANRISUL.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul teve rápida expansão, por fazer depósitos e ter a garantia do Governo do Estado. Estabeleceu filiais em quase todas as cidades do interior e foi também o responsável pela liquidação do Banco Pelotense, incorporando seus ativos e passivos.

Para complementarmos a pesquisa, fizemos uma visita à cidade de Pelotas, o que nos possibilitou uma melhor compreensão do município e da região. A economia - o charque - que facilitou a criação de um banco

– o Pelotense – está agora reconfigurada. Existe, porém, a preocupação na cidade, com a preservação de seus espaços suntuosos do início do século, o que nos propiciou reviver, ainda que em outros tempos, o apogeu da economia no sul do Estado.

Este artigo não constitui uma pesquisa finalizada, mas o início de um trabalho de busca às fontes, que esperamos, venha a integrar outros projetos acadêmicos em âmbito de pós-graduação. Além das questões políticas, econômicas e financeiras brevemente abordadas, há também outro fator que poderá ser um objeto futuro de pesquisa: a arquitetura do Banco Pelotense. Esta se caracteriza por uma composição bipartida, em que o subsolo e o andar térreo constituem sua base e o primeiro e o segundo pavimentos o seu corpo, interligados por colunas grandiosas. Essa característica, implicitamente, apontava a opulência da economia pelotense à época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Dicionário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul** – Banrisul. Porto Alegre, 2000.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Resumo de obrigações e contratos**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

LAGEMANN, Eugenio. **O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1985.

MARTINS, Fran. **Contratos e obrigações comerciais**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

FONTES PRIMÁRIAS

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Balanço Social**. Porto Alegre, 1999.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Balanço Social**. Porto Alegre, 2004.

GUIMARÃES, Álvaro. Um banco brota do charque. **Diário Popular de Pelotas**. Pelotas, 5 de Fevereiro de 2006a.

_____. O abraço de ouro do pelotense. **Diário Popular de Pelotas**. Pelotas, 6 de Fevereiro de 2006b.

118 *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 6 , n. 1, p. 101-118, 2005.
_____. Depois da tempestade o nada. **Diário Popular de Pelotas**. Pelotas,
8 de Fevereiro de 2006c.

OLIVEIRA, Cristina. A memória da cidade. **Diário de Santa Maria**. Santa
Maria, 30 de Julho de 2002.